



Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas

Sertões Holding S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente





Sertões Holding S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados do exercício.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Diretores e Administradores da
Sertões Holding S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Sertões Holding S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos



Shape the future
with confidence

controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



Shape the future
with confidence

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F


Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - RJ093771/O

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	513	196	14.555	16.655
Contas a receber de clientes	5	-	-	3.505	7.690
Partes Relacionadas - Dividendos a receber	6	14.596	11.487	-	-
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	7	-	-	56.933	54.461
Outros ativos circulantes		17	46	645	1.388
Total do Ativo Circulante		15.126	11.729	75.638	80.194
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	7	-	-	661.463	614.407
Investimentos	8	428.275	389.823	-	-
Imobilizado		-	-	60	52
Outros ativos não circulantes		-	-	737	714
Total do Ativo Não Circulante		428.275	389.823	662.260	615.173
Total do Ativo		443.401	401.552	737.898	695.367
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	9	18	6	9.055	5.145
Empréstimos	10	-	-	14.437	13.952
Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs)	10	1.239	1.174	1.239	1.174
Debêntures	11	-	-	2.612	1.915
Partes Relacionadas - Dividendos a pagar	6	9.978	-	9.978	-
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	12	-	-	543	598
Outros passivos circulantes		-	-	1.027	1.154
Total Passivo Circulante		11.235	1.180	38.891	23.938
Não Circulante					
Empréstimos	10	-	-	188.884	196.194
Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs)	10	120.000	120.000	120.000	120.000
Debêntures	11	-	-	35.463	35.719
Provisão contingente	13	-	-	688	741
Impostos Diferidos	12	-	-	41.806	38.403
Total Passivo Não Circulante		120.000	120.000	386.841	391.057
Patrimônio Líquido					
Capital social	14	225.057	225.057	225.057	225.057
Reserva de capital	14	36.012	36.012	36.012	36.012
Reserva de lucros	14	51.097	19.303	51.097	19.303
Total Patrimônio Líquido		312.166	280.372	312.166	280.372
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		443.401	401.552	737.898	695.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



Demonstrações dos resultados
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita Líquida	15	-	-	107.326	77.765
Custos dos bens construídos e serviços prestados	16	-	-	(24.007)	(3.611)
Resultado operacional bruto		-	-	83.319	74.154
Despesas e receitas operacionais					
Outras despesas e receitas operacionais		(192)	(202)	(536)	(1.833)
Amortização do ágio	8	(4.151)	(6.551)	(4.151)	(6.551)
Participação de equivalência patrimonial	8	61.459	48.789	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		57.116	42.036	78.632	65.770
Despesas financeiras	17	(14.357)	(17.060)	(33.866)	(40.350)
Receitas financeiras	17	13	22	2.174	3.123
Resultado financeiro líquido		(14.344)	(17.038)	(31.692)	(37.227)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		42.772	24.998	46.940	28.543
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	-	-	(2.611)	(3.081)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	-	-	(1.557)	(464)
Resultado líquido do exercício		42.772	24.998	42.772	24.998
Lucro atribuível a:					
Acionistas controladores				(2.683)	(222)
Acionistas não controladores				(275)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



Demonstrações dos resultados abrangentes
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	42.772	24.998	42.772	24.998
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	42.772	24.998	42.772	24.998

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	AFAC	Reserva de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva de capital	Reserva de lucros	Reserva legal		
Saldo em 01 janeiro 2023	225.057	160	36.012	3.085	292	-	264.606
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(160)	-	-	-	-	(160)
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	24.998	24.998
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	2.101	(2.101)	-
Constituição de reserva de lucro	-	-	-	16.910	-	(16.910)	-
Distribuição de reserva de lucros	-	-	-	(3.085)	-	-	(3.085)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(5.987)	(5.987)
Saldos em 31 dezembro 2023	225.057	-	36.012	16.910	2.393	-	280.372
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	14	-	-	-	-	42.772	42.772
Constituição de reserva legal	14	-	-	-	2.854	(2.854)	-
Constituição de reserva de lucros	14	-	-	29.940	-	(29.940)	-
Distribuição de reserva de lucros	14	-	-	(1.000)	-	-	(1.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	14	-	-	-	-	(9.978)	(9.978)
Saldos em 31 dezembro 2024	225.057	-	36.012	45.850	5.247	-	312.166

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	42.772	24.998	46.940	28.543
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>				
Depreciação - imobilizado	-	-	18	13
Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos	-	-	14.626	14.851
Juros, variações monetárias sobre debêntures	-	-	3.778	3.637
Juros sobre APR	14.312	17.014	14.312	17.014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	346	-
Provisão (reversão) de contingências	-	-	(53)	384
Receita diferida	-	-	-	(1)
Receita de construção	-	-	(21.977)	-
Remuneração dos ativos da concessão	-	-	(70.789)	(67.045)
Receita de O&M	-	-	(7.626)	(7.245)
(+/-) Diferença RAP orçada x realizada	-	-	3.774	(2.423)
Fresh start	-	-	(15.644)	-
PIS e COFINS diferido	-	-	1.846	549
Amortização da mais valia/agio	4.151	6.551	4.151	6.551
Equivalência Patrimonial	(61.459)	(48.789)	-	-
Lucro ajustado	(224)	(226)	(26.298)	(5.172)
Variações dos Ativos e Passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	-	-	3.839	(2.325)
Depósitos judiciais	-	-	(135)	-
Tributos a recuperar	-	-	356	-
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	-	-	58.583	61.667
Outros ativos	27	(44)	209	(1.223)
Contas a pagar	-	(10)	-	(3.342)
Fornecedores e outras contas a pagar	12	-	3.912	-
Outros passivos	-	(2)	(128)	327
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(185)	(282)	40.338	49.932
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(6)	(2.376)	(2.438)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(185)	(288)	37.962	47.494
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Dividendos recebidos	15.749	26.818	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(160)	-	(160)
Aquisição de imobilizado	-	-	(26)	(32)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	15.749	26.658	(26)	(192)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos	(1.000)	(10.460)	(1.000)	(10.460)
Pagamento de empréstimos	-	-	(6.673)	(5.879)
Juros pagos de empréstimos	-	-	(14.779)	(15.283)
Pagamento de debêntures	-	-	(1.350)	(559)
Juros pagos de debêntures	-	-	(1.987)	(1.947)
Juros pagos APR	(14.247)	(15.840)	(14.247)	(15.840)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(15.247)	(26.300)	(40.036)	(49.968)
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	317	70	(2.100)	(2.666)
Variação do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	196	126	16.655	19.321
No final do exercício	513	196	14.555	16.655
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	317	70	(2.100)	(2.666)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas)
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Sertões Holding S.A. (“Companhia” e “Sertões”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 20 de março de 2022 e domiciliada na Praia de Botafogo, 440, sala 1801 – Botafogo – Rio de Janeiro-RJ. O objeto social é a participação no capital de outras sociedades empresárias ou não empresárias, como sócia, acionista ou quotista, no Brasil e/ou no exterior.

A Sertões Holding S.A. foi constituída em março de 2022 com capital social inicial de R\$150,00, com o objetivo de viabilizar a aquisição da parcela remanescente da Lest Transmissora de Energia S.A. (“LEST”). Em 14 de novembro de 2022 se tornou acionista na Lest Transmissora de Energia S.A quando a companhia V2I Energia S.A. transferiu 88,32% das ações os quais detinha sobre a LEST para a companhia Sertões em contrapartida a subscrição e integralização de capital na Companhia constituindo capital social de R\$210.055. Em 23 de dezembro de 2022, passou a deter 100% de participação acionária na LEST, aumentando assim o capital social para R\$290.137.

1.1. Informações sobre a controlada

Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

A Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. (“Investida”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 01 de fevereiro de 2016 e domiciliada Praia de Botafogo, 440, sala 1801 – Botafogo – Rio de Janeiro-RJ.

Em 2021 a V2I Energia S.A. era detentora de 100% do capital da Lest, e no dia 23 de dezembro de 2022 a Sertões Holding S.A. comprou as ações da LEST da V2I Energia S.A.

O objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e sobressalentes, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica caracterizadas no anexo 6-13 do Edital do leilão nº 05/2016-ANEEL e são descritas a seguir:

Concessão

Em 24 de abril de 2017, a Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A., denominada Concessionária de transmissão, com a interveniência e anuência da Vinci Infra Transmissão Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 59,99% de suas ações ordinárias, da Vinci Infra Coinvestimento | Fundo de investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 40% de suas ações ordinárias, e da CMN Solutions A026 Participações S.A. detentora de 0,01% de suas ações ordinárias, foi declarada vencedora do Leilão Público n.º 005/2016–ANEEL, realizado pelo BM&FBOVESPA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Informações sobre a controlada--Continuação

Concessão--Continuação

Em 11 de agosto de 2017, a investida assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 033/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos.

As instalações de transmissão nos estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, são compostas pela Linha de Transmissão Paulo Afonso IV – Luiz Gonzaga, bloco I, em 500 kV, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 38 km, com origem na Subestação Paulo Afonso IV e término na Subestação Luiz Gonzaga; pela Linha de Transmissão Xingó – Jardim, em 500 kV, bloco II, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 160 km, com origem na Subestação Xingó e término na Subestação Jardim; entrada de linhas, interligação de barramentos, equipamentos de compensação reativa; conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Na prestação do serviço público de transmissão, deverão ser atendidos os procedimentos de rede e suas revisões, as cláusulas estabelecidas no contrato de prestação de serviço de transmissão, celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contendo as condições técnicas e comerciais para disponibilizar as suas instalações de transmissão para a operação interligada.

Receita Anual Permitida - RAP

O investimento total previsto era de aproximadamente R\$324.000. A Receita Anual Permitida - RAP foi determinada em R\$44.500 (valor original) na data do leilão, com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPC-A e será válida por todo o prazo de operação comercial da LEST. A Companhia considerava o início de recebimento da RAP a partir de abril de 2020, entretanto, a antecipação na entrega do Bloco I, (trecho Paulo Afonso – Luiz Gonzaga), em 23 de fevereiro de 2020, permitiu o início da operação comercial, antecipada em 24 meses em relação ao cronograma da Aneel. Em 13 de dezembro de 2020 entrou em operação o Bloco II, concluindo o empreendimento.

A Investida solicitou no ano de 2017 ao Ministério da Fazenda, junto a Secretaria da Receita Federal, o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), como titular do projeto. A habilitação ao programa foi deferida em 24 de outubro de 2018, através do Ato Declaratório Nº 168.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Informações sobre a controlada--Continuação

Receita Anual Permitida - RAP--Continuação

A LI (Licença de Instalação) do Bloco 2 (trecho Xingó – Jardim), foi emitida em 10 de dezembro de 2018. A LI (Licença de Instalação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso – Luiz Gonzaga), foi emitida em 18 de janeiro de 2019.

A LO (Licença de Operação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso – Luiz Gonzaga), foi emitida em 23 de dezembro de 2019. A emissão da LO (Licença de Operação) do Bloco 2 (trecho Xingó – Jardim), foi emitida em 13 de dezembro de 2020.

Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Controlada aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.1. Base de elaboração e apresentação--Continuação

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações contábeis de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 21 de março de 2024.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

- (a) Contas a receber (ativo da concessão) - mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa Interna de Retorno - TIR é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por concessão, e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o exercício da construção. Após a entrada em operação comercial, a TIR é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TIR da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura.

- (b) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.
- (c) Contrato de concessão - a Companhia adota e utiliza, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, as previsões da interpretação técnica ICPC 01. Essa interpretação orienta as concessionárias sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos por entidades privadas.
- (d) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos - são registrados passivos relacionados aos impostos diferidos decorrentes das receitas não realizadas. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros—Continuação

Ativos financeiros --Continuação

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Avaliação do modelo de negócio--Continuação

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros --Continuação

de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2024, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual

Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e as controladas regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, as controladas são responsáveis por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual--Continuação

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, as controladas mantêm suas infraestruturas de transmissão disponíveis para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nesta norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como uma “Concessão do serviço público (ativo contratual)”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis—Continuação

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual--Continuação

- (ii) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo de concessão. Os valores da RAP garantidas são determinados pelo Operador Nacional do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, a receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.5. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. “Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.5 Dividendos--Continuação

estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas:

I - Metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e*
- b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.*

3.6. Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.7. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.8. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.9. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.10. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.11. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de Construção, Receita de Operação e Manutenção e Receita de Remuneração sobre ativo contratual, conforme detalhado na nota 3.3 Contratos de concessão de serviços públicos – ativo contratual.

3.12. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

a) Correntes

O imposto de renda é apurado sobre a base presumida na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240.000 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre a base presumida reconhecida pelo regime de competência.

b) Diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.13. Imposto de renda e contribuição social---Continuação

(b) Diferidos --Continuação

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes

3.14. Impostos sobre a receita

Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

3.15. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.16. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2024

3.16.1 Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes.

As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis, sendo as principais:

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa	IAS 7	01.01.2024
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros	IFRS 7	01.01.2024

3.16.2 Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção das referidas normas.

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial		01.01.2025
CPC 18 (R3) – Investimento	IAS 28	01.01.2025
CPC 02 (R2) – Efeitos das alterações nas taxas de câmbio	IAS 21	01.01.2025
CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	IFRS 1	01.01.2025
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas	IFRS 19	01.01.2027
CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis	IFRS 18	01.01.2027

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2025. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.17. Outras considerações sobre os valores correspondentes

Certos valores correspondentes da Demonstração de Fluxo de Caixa referentes a 31 de dezembro de 2023, apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins de comparação, foram reclassificados em função do seguinte item:

(a) Reclassificação para melhor apresentação:

Consolidado	Nota	31/12/2023 Divulgado	Ajuste	31/12/2023 Reclassificado
Receita diferida	(a)	15.046	(15.046)	-
Remuneração dos ativos da concessão	(a)	-	67.045	(67.045)
Receita de O&M	(a)	-	7.245	(7.245)
(+/-) Diferença RAP orçada x realizada	(a)	-	2.423	(2.423)
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(a)	-	(61.667)	61.667
Caixa gerado pelas atividades operacionais		15.046	-	(15.046)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		15.046	-	(15.046)

4. Caixa e equivalentes de caixa

A composição de caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	-	-	10	5
Banco	8	11	89	127
Aplicação financeira	505	185	14.456	16.523
Total	513	196	14.555	16.655

(i) Controladora: Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco Itaú (Soberano RF Simples LP FICFI) que teve no ano de 2024, remuneração referenciado ao CDI de 99,09% (2023 99,34%). A carteira de fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, debêntures e letras financeiras.

Consolidada: Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco Itaú (Itaú CORP Plus RF Referenciado DI – FIC) e pelo Banco do Nordeste (BNB FIC FI RF REF DI), que tiveram no ano de 2024, remuneração média referenciado ao CDI de 104,89% (2023 98,69%). A carteira de fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
 31 de dezembro de 2024
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber de clientes

A composição de contas a receber de clientes é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Concessionárias e permissionárias (i)	-	-	6.254	6.357
CDE (ii)	-	-	377	1.333
Antecipação de cliente	-	-	(3.126)	-
Total	-	-	3.505	7.690

- (i) O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP, com vencimentos de: R\$457 mil em 05/01/2025, R\$477 mil em 15/01/2025, R\$4.020 em 25/01/2025 e R\$477 mil em 05/02/2025 e R\$823 mil provenientes de créditos a serem recebidos.
- (ii) CDE refere-se a uma bonificação que a CCEE nos paga por adimplência e possuímos três meses em aberto os quais receberemos no decorrer do próximo exercício.

Antecipação de cliente

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ciclo 2024/2025 (i)	-	-	(2.526)	-
Ciclo 2025/2026 (ii)	-	-	(600)	-
Total	-	-	(3.126)	-

- (i) Valor refere-se aos montantes homologados via resolução 3.348, na data 16/07/2024, que serão amortizados via AVC ao longo do ciclo tarifário (Jul/24 até Jul/25).
- (ii) Valor refere-se à adiantamento de montantes já conhecidos que estarão contidos na parcela de ajusta da resolução do próximo ciclo tarifário (Jul/25 até Jul/26).

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
 31 de dezembro de 2024
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Partes Relacionadas

a) Controladora

Dividendos a receber

A composição de dividendos a receber é como segue:

	31/12/2023	Dividendos mínimo obrigatório	Distribuição de reserva de lucros	Dividendos recebidos		31/12/2024
				Via dividendos mínimos obrigatórios de 2023	Via distribuição de reserva de lucros	
Lest Transmissora S.A	11.487	14.596	4.261	(11.487)	(4.261)	14.596
Total	11.487	14.596	4.261	(11.487)	(4.261)	14.596

Dividendos a pagar

A composição de dividendos a pagar é como segue:

	31/12/2023	Dividendos mínimo obrigatório	Distribuição de reserva de lucros	Dividendos pagos via distribuição de reserva de lucros	31/12/2024
V2I Energia S.A.	-	9.978	1.000	(1.000)	9.978
Total	-	9.978	1.000	(1.000)	9.978

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Concessão do Serviço Público (Ativo de Contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a controlada passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foi identificada necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada pela controlada Lest para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Receita Anual Permitida - RAP

O investimento total previsto era de aproximadamente R\$324 milhões. A Receita Anual Permitida - RAP foi determinada em R\$44,5 milhões (valor original) na data do leilão, com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A e será válida por todo o prazo de operação comercial da LEST. A Companhia considerava o início de recebimento da RAP a partir de abril de 2020, entretanto, a antecipação na entrega do Bloco I, (trecho Paulo Afonso - Luiz Gonzaga), em 23 de fevereiro de 2020, permitiu o início da operação comercial, antecipada em 24 meses em relação ao cronograma da Aneel.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Concessão do Serviço Público (Ativo de Contrato) --Continuação

Receita Anual Permitida – RAP -- Continuação

Em 13 de dezembro de 2020 entrou em operação o Bloco II, concluindo o empreendimento. teve a sua entrada em operação parcial em fevereiro/2020, uma antecipação de 24 meses em relação ao cronograma Aneel.

A Companhia solicitou no ano de 2017 ao Ministério da Fazenda, junto a Secretaria da Receita Federal, o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), como titular do projeto. A habilitação ao programa foi deferida em 24 de outubro de 2018, através do Ato Declaratório Nº 168.

A LI (Licença de Instalação) do Bloco 2 (trecho Xingó - Jardim), foi emitida em 10 de dezembro de 2018. A LI (Licença de Instalação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso - Luiz Gonzaga), foi emitida em 18 de janeiro de 2019.

A LO (Licença de Operação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso - Luiz Gonzaga), foi emitida em 23 de dezembro de 2019. A emissão da LO (Licença de Operação) do Bloco 2 (trecho Xingó - Jardim), foi emitida em 13 de dezembro de 2020.
A entrada em operação do Bloco 1 ocorreu em 23 de fevereiro de 2020 e a entrada em operação do Bloco 2 ocorreu em 30 de dezembro de 2020.

a) Consolidada

Descrição	LEST
Linhas de Transmissão	
Margem de construção	32,00%
Margem de operação e manutenção	10,00%
Taxa de remuneração	12,59%
Índice de correção dos contratos	IPCA
RAP Anual	64.010
Ativo de contrato 01/01/2023	660.373
Remuneração dos ativos da concessão	67.045
Receita de O&M	7.245
RAP realizada	(61.667)
(+/-) Diferença RAP orçada x realizada	2.423
Apropriação de mais valia	(6.551)
Ativo de contrato 31/12/2023	668.868
Receita de construção	21.977
Remuneração dos ativos da concessão	70.789
Receita de O&M	7.626
(+/-) Diferença RAP orçada x realizada	(3.774)
RAP realizada	(58.583)
Apropriação de mais valia	(4.151)
Fresh start (i)	15.644
Ativo de contrato 31/12/2024	718.396

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Concessão do Serviço Público (Ativo de Contrato) --Continuação

Receita Anual Permitida – RAP -- Continuação

	31/12/2024	31/12/2023
Total circulante	56.933	54.461
Total não circulante	661.463	614.407

Descrição	Saldo Anterior	Saldo Atualizado	Fresh start (i)
(+) Receita de Construção	(471.228)	(383.021)	(88.207)
(+) Receita de O&M	(28.322)	(28.346)	24
(+) Margem de O&M	(2.832)	(2.835)	3
(+) Remuneração do Ativo de Contrato	(323.497)	(249.990)	(73.507)
(-) Recebimento da RAP	245.521	254.950	(9.429)
(+)/(-) Ajuste	-	(186.760)	186.760
Total	(580.358)	(596.002)	15.644

(i) Impacto no montante de R\$ 15.644 pelo reajuste do ciclo tarifário (IPCA) e da revisão do fluxo do ativo contrato em razão da Revisão Tarifária Periódica - RTP, homologado através da REH 3.205 a RAP para o ciclo 2024/2025

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$64.010 para o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025 (Resolução Homologatória N° 3.216 e 3.348) e R\$63.795 para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimento

a) Controladora

A composição e movimentação do investimento é como segue:

Composição do Investimento

Movimentação	LEST	Mais valia	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	291.587	98.236	389.823
Equivalência patrimonial	61.459	-	61.459
Dividendos propostos	(14.596)	-	(14.596)
Distribuição de reserva de lucros	(4.261)	-	(4.261)
Amortização mais valia	-	(4.150)	(4.150)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	334.189	94.086	428.275

9. Fornecedores

A composição de fornecedores é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Camargo Corrêa Infra. LTDA (i)	-	-	7.447	-
Provisão de construção (ii)	-	-	552	4.368
O&M	-	-	360	359
Serviços de terceiros	18	6	297	152
Materiais	-	-	80	113
Outros	-	-	319	153
Total	18	6	9.055	5.145

- (i) Saldo refere-se ao acordo para reembolso de despesas sanitárias assinado com a Camargo Corrêa em 26/09/2024 a serem liquidados integralmente até 08/2025, no âmbito do EPC.
- (ii) Provisão referente a itens previstos no contrato de construção ainda não realizado, com a expectativa de realização ao longo de 2024.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs)

A composição e movimentação das ações preferenciais resgatáveis (APRs) é como segue:

a) Controladora

Operação	31/12/2024	31/12/2023	Vencimento	Periodicidade Amortização	Taxa efetiva de juros
Ações preferenciais Resgatáveis Itaú (i)	121.239	121.174	31/10/2037	Semestral	CDI + 1,25%

Empresa / Operação	31/12/2023	Despesa de Juros	Pagamentos de Juros	31/12/2024
Itaú - APRs (i)	121.174	14.312	(14.247)	121.239
	121.174	14.312	(14.247)	121.239
Total circulante	1.174			1.239
Total não circulante	120.000			120.000

- (i) Em 23 de dezembro de 2022, os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, a emissão de ações preferenciais resgatáveis subscritos pelo Itaú Unibanco S/A, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos no montante total de R\$120 milhões remunerados à taxa CDI.

b) Consolidada

Operação	31/12/2024	31/12/2023	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros)
Financiamento BNB (i)	203.321	210.146	15/11/2038	Mensal	IPCA + 3,3467%
Itaú APR (ii)	121.239	121.174	31/10/2037	Semestral	DI + 1,25%
Total	324.560	331.320			

- (i) Contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste (BNB), número 5.2018.905.5889 no valor de R\$211.352 celebrado em 11 de outubro de 2018, garantido por fiança bancária emitida pelo Itaú BBA em 30 de abril de 2019, a qual foi renovada até 18 de janeiro de 2024, quando a fiança foi exonerada, em conformidade com os termos previamente estabelecidos no contrato de cessão fiduciária. O empréstimo possui cláusulas de vencimento antecipado não vinculadas ao desempenho financeiro da companhia. Em 31 de dezembro de 2024 não havia parcelas inadimplidas.
- (ii) O prazo de resgate é até 30 de abril de 2027, e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totalizam 18.423.129. Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$60 e parte como reserva de capital no montante de R\$60. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nas normas internacionais (IFRS), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Portanto, o valor total da emissão foi registrado como passivo não circulante. Não existem direitos diferenciados entre as ações preferenciais e ordinárias além da prioridade no recebimento de dividendos fixos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs) --Continuação

A movimentação da carteira de empréstimos e Ações Preferenciais Resgatáveis estão demonstradas a seguir:

Empresa / Operação	31/12/2023	Despesa de Juros	Pagamento de Principal	Pagamentos de Juros	31/12/2024
Sertões					
Itaú APR	121.174	14.312	-	(14.247)	121.239
LEST					
Financiamento BNB	210.147	14.626	(6.673)	(14.779)	203.321
	331.321				324.560
Total circulante	15.126				15.676
Total não circulante	316.195				308.884

Os empréstimos e financiamentos, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidada
2026	-	7.246
2027	6.000	14.311
2028	6.000	14.912
2029	9.000	18.109
2030 a 2037	99.000	254.306
Total	120.000	308.884

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Debêntures

A composição das debêntures e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

a) Consolidada

Movimentações contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	31/12/2024	31/12/2023	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros)
1ª Emissão de Debêntures (i)	38.075	37.634	15/03/2034	Mensal	IPCA + 5,3649%

(i) Emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, emitida em 16 de setembro de 2019 no valor total de R\$27.000. Recursos utilizados em despesas relativas à implantação das linhas de transmissão. Amortizações semestrais com primeira parcela em 15 de setembro de 2023.

Não houve descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas, inexistindo evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas.

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Operação	31/12/2023	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31/12/2024
1ª Emissão de Debêntures (i)	37.634	3.778	(1.350)	(1.987)	38.075
Total	37.634	3.778	(1.350)	(1.987)	38.075
Total circulante	1.915				2.612
Total não circulante	35.719				35.463

As debêntures, classificadas no passivo não circulante, tem seu vencimento assim programado:

	31/12/2024
2026	2.171
2027	2.960
2028	4.342
2029	4.737
2030 a 2034	21.253
	35.463

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Despesa de Imposto de renda e contribuição social

Controlada LEST

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido diferido, são calculados sobre os valores de receitas do Ativo de Contrato, e são revertidos quando a companhia reconhece a RAP:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional	112.262	81.630
Base presunção IRPJ 8%	8.981	6.530
Base presunção CSLL 12%	13.471	9.796
Outras receitas	-	-
Receitas financeiras	2.161	3.101
Base de IRPJ	11.142	9.631
Despesa de IRPJ	(2.761)	(2.384)
Base de CSLL	15.632	12.897
Despesa de CSLL	(1.407)	(1.161)
Despesa de IRPJ e CSLL	(4.168)	(3.545)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1.557)	(464)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.611)	(3.081)

12.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar

A movimentação de IRPJ e CSLL está demonstradas a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial dos impostos a pagar	598	570
Impostos calculados	2.611	3.081
Impostos deduzido	(290)	(621)
Impostos pagos	(2.376)	(2.432)
Saldo final dos impostos a pagar	543	598

12.2 Impostos diferidos

Os impostos diferidos, são calculados sobre os valores de receitas do Ativo de Contrato, e são revertidos quando a Companhia reconhece a RAP (receita anual permitida).

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo de contrato - LEST	624.311	570.632
Parcela de ajuste	(3.126)	-
Base diferida	621.185	570.632
PIS e COFINS	22.673	20.828
IRPJ e CSLL	19.133	17.575
Saldo Final	41.806	38.403

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Provisão contingente

A Companhia e sua controlada são parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível.

a) Controlada LEST

Perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui 1 processo civil sem valor potencial de perda e 1 processo trabalhista com prognóstico possível no valor de R\$ 410.

Perdas prováveis

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui 22 processos de servidão e 1 processo de reparação de danos materiais com prognóstico provável.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão para contingências	688	741
Total	688	741

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio líquido

a) Controladora

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$225.057 e está representada por 88.826.968 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantidade de ações	Valor	% do capital social	Quantidade de ações	Valor	% do capital social
V2I Energia S.A.	88.826.970	225.057	100%	88.826.970	225.057	100%
	88.826.970	225.057	100%	88.826.970	225.057	100%

Não houve alteração no capital social durante o exercício de 2024.

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	42.772	24.998
Remuneração APRs	14.312	17.014
Base da reserva legal	57.084	42.012
Reserva legal (5%)	2.854	2.101
Saldo inicial	2.393	292
Calculado no ano	2.854	2.101
Total	5.247	2.393

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Conforme divulgado no estatuto social da Companhia, “do saldo, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório”.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
 31 de dezembro de 2024
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio Líquido--Continuação

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	42.772	24.998
Reserva legal (5%)	(2.854)	(2.101)
Base para dividendos	39.918	22.897
Alíquota	25%	25%
Total de dividendos mínimos obrigatórios	9.978	5.987

Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	42.772	24.998
Reserva legal (5%)	(2.854)	(2.101)
Dividendos mínimos propostos	(9.978)	(5.987)
Reserva de lucros	29.940	16.910
Saldo inicial	16.910	3.085
Distribuição de reserva de lucros para pagamento de dividendos	(1.000)	(3.085)
Calculado no ano	29.940	16.910
Total	45.850	16.910

Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	42.772	24.998
Lucro líquido por ação	0,4815	0,2814

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Receita operacional líquida

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é assim demonstrada:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração dos ativos da concessão	70.789	71.961
Receita de construção (i)	21.977	-
Fresh start (ii)	15.644	-
Receita de O&M	7.626	7.246
(+/-) Diferença RAP orçada x realizada	(3.774)	2.423
(-) Tributos sobre a receita	(4.098)	(2.979)
(-) Encargos do consumidor	(838)	(886)
Total	107.326	77.765

- (i) Este valor reflete a quantia total da transação incorporando inclusive a margem de 32% sobre o custo.
(ii) Saldo referente ao impacto sobre reajuste do ciclo tarifário conforme descrito na N.E 6 "Ativo de contrato".

16. Custos dos bens construídos e serviços prestados

Os saldos dos custos e despesas operacionais especificados na Demonstração de resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gosto.

	Consolid:	
	31/12/2024	31/12/2023
Custos com construção (EPC) (i)	(16.649)	-
Custo com serviços de terceiros (ii)	(2.644)	(4.551)
Custo com pessoal (iii)	(2.067)	(465)
Demais custos	(1.910)	(642)
Custo com matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(276)	(301)
Custo com materiais	(237)	(273)
Provisão contingente	(233)	-
Custo com pagamento contingente	(29)	-
Reversão de provisão	38	2.621
Total	(24.007)	(3.611)

- (i) Despesas referentes ao Acordo para Reembolso de Despesas Sanitárias firmado com a Carmargo Correa Infra, no âmbito do EPC.
(ii) Serviços de O&M com redução devido à internalização de mão de obra de alguns contratos de engenharia.
(iii) Aumento no custo devido à internalização de contratos de O&M

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Resultado financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Juros sobre empréstimos (i)	(14.312)	(17.014)	(28.939)	(31.865)
Juros sobre debentures (i)	-	-	(3.778)	(3.637)
Multas e acréscimos moratórios	-	-	(325)	(40)
IOF, Comissões e taxas	-	-	(718)	(4.673)
Outras despesas financeiras	(45)	(46)	(106)	(135)
Despesas Financeiras	(14.357)	(17.060)	(33.866)	(40.350)
Receita com aplicações financeiras	14	23	2.040	2.847
Outras receitas financeiras	(1)	(1)	134	276
Receitas Financeiras	13	22	2.174	3.123
Resultado financeiro líquido	(14.344)	(17.038)	(31.692)	(37.227)

(i) Controladora: O valor de juros sobre empréstimos - APR tomados em 31/12/2024 é R\$14.312 e em 31/12/2023 é R\$17.014.

Consolidado: O valor de juros sobre empréstimos tomados em 31/12/2024 é R\$28.938 e em 31/12/2023 é R\$31.865. O valor de juros e atualização monetária das debêntures em 31/12/2024 é de R\$3.778 e em 31/12/2023 é de R\$3.637.

18. Seguros

a) Consolidado

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

	Modalidade	Importância segurada	Período de Vigência
Seguro Tokio Marine (a)	Risco Operacional	70.000	08 de maio de 2024 até 08 de maio de 2025
Chubb Seguros Brasil (b)	Responsabilidade Civil Geral	20.000	06 de maio de 2024 até 06 de maio 2025

(a) Seguro de risco operacional, com apólice 960 0000003490, emitido pela Tokio Marine Seguradora, com limite máximo de indenização de R\$70 milhões e um prêmio anual no valor de R\$ 353.

(b) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice 16.51.0043857.28, pela Chubb Seguros Brasil, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R\$20 milhões. e um prêmio anual no valor de R\$ 59.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	Controladora		Consolidada	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	2	513	196	14.555	16.655
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
Concessionárias e permissionárias	2	-	-	6.631	7.690
Passivo mensurados pelo custo amortizado					
Empréstimos	2	121.239	121.174	324.560	331.321
Debêntures		-	-	38.075	37.634
Fornecedores	2	18	6	9.055	5.145

A Administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

19.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possuem outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma companhia de transmissão é recebida das companhias que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

a) Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. Sua estrutura de capital é gerida de forma conservadora, com níveis de endividamento compatíveis com sua capacidade de geração de caixa e um perfil financeiro sólido, garantindo baixa exposição a riscos financeiros. Além disso, a Companhia adota políticas prudentes de alavancagem e liquidez, assegurando estabilidade e resiliência mesmo em cenários adversos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

19.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

19.2. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

20. Eventos subsequentes

A Companhia não reconhece nenhum evento subsequente relevante até o levantamento das Demonstrações contábeis.



Notas explicativas às demonstrações contábeis (individuais e consolidadas) --Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* * *

Diretoria Executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora

Vagner Alexandre Serratto
Diretor

Responsável técnico pelas demonstrações contábeis

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9